COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: https://coloquio.gulbenkian.pt

Antero de Quental e Eduardo Lourenço : textos de polémica

Ana Maria Almeida Martins

Para citar este documento / To cite this document:

Ana Maria Almeida Martins, "Antero de Quental e Eduardo Lourenço : textos de polémica", *Colóquio/Letras*, n.º 170, Jan. 2009, p. 84-94.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Antero de Quental e Eduardo Lourenço

TEXTOS DE POLÉMICA

Ana Maria Almeida Martins

«ANTERO DE QUENTAL tem inimigos. E merece tê-los. O horror seria se os não tivesse. Declarados, não são muitos. Em filigrana, são mais do que se imagina e, entre eles, vários candidatos a heróis que suportam mal que Antero tenha sido o primeiro deles nos tempos modernos.» Esta citação pertence a *A Noite Intacta: (I)recuperável Antero*, um daqueles títulos subversivos com que Eduardo Lourenço costuma baptizar muitos dos seus ensaios. Mas este título, o mais indisciplinado de todos, traduz, só por si, sem recorrer a imagens estafadas («o nocturno e luminoso» de repetida e malfadada memória), as dualidades normalmente associadas ao nome do autor de *Odes Modernas*.

E como não teria e não tem Antero ainda inimigos tendo ele sido um temível polemista? Foi precisamente pela porta de uma polémica, *Bom Senso e Bom Gosto* ou *Questão Coimbrã*, que se deu a sua ruidosa e triunfal entrada na literatura portuguesa. Tinha vinte e três anos quando, no dia 2 de Novembro de 1865, escreveu a célebre carta-folheto a António Feliciano de Castilho, verdadeira carta premonitória de finados pela poesia ultra-romântica e piegas que teimosamente continuava a florir no nosso jardim quando no jardim dos outros já há muito havia murchado.

O então autoproclamado pontífice das letras lusas não lhe respondeu em público «pois tinha mais que fazer»[1]. Entregou essa tarefa aos aficionados que pululavam à sua volta. Em privado, porém, referia-se ao seu antigo aluno de Ponta Delgada e do Colégio do Pórtico, em Lisboa, como «pantero do quintal no seu antro de Celas, tolo e doido, parvo, zaranza, asno, javardo, bácoro que chafurda por Coimbra e, por fim, até espadachim velhaco, após o duelo de Antero/Ramalho»[2].

Dos numerosos folhetos que a polémica produziu, mais de quarenta, uns contra (de longe a maioria) outros a favor da chamada «Escola de Coimbra», apenas dois ou três merecerão algum parco interesse, tão culturalmente ignorantes e retrógrados eles se apresentam nos seus ataques. Menciono apenas,

de entre eles, o de Júlio de Castilho que, em socorro do pai, produziu um argumento, na sua óptica decisivo e arrasador, ao crismar de Lutero de Quental o seu «mais antigo amigo e companheiro de folguedos naquela abençoada ilha» (São Miguel)[3], insulto recebido pelo visado como um mais do que merecido elogio. Afinal tratava-se mesmo de uma Reforma triunfante e a força da razão literária e histórica da carta detonadora enviou praticamente para o esquecimento toda a restante papelada. E aqui convém, muito a propósito, recordar Manuel Bandeira: «Costuma apontar-se Eça de Queiroz como o modernizador da prosa lusa. Basta, porém, a carta *Bom Senso e Bom Gosto* para se provar que se houve reforma da prosa portuguesa ela já estava evidente no famoso escrito de Antero.»[4]

Seis anos passados, em 1871, a biografia de Antero de Quental regista outra polémica nascida no interior do Casino Lisbonense. A sua conferência *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* foi alvo de provocações de toda a espécie, com destaque para os jornais católicos e legitimistas *A Nação* e o *Bem Público* que viam nas conferências ramificações da Comuna de Paris e nos conferencistas, agentes da Internacional, o que levou Antero a publicar a *Resposta aos Jornais Católicos*, considerada por Camilo Castelo Branco «uma das mais belas coisas e eloquentes que ainda lera em língua portuguesa»[5].

Também a prepotência do encerramento compulsivo das conferências mereceu ao seu principal impulsionador uma violenta carta publicamente dirigida a António José d'Ávila, futuro duque d'Ávila, presidente do Conselho de Ministros. Violenta e merecida. Antero não ambicionava entrar na imortalidade, ou na glória efémera de quinze minutos, à custa de insultos gratuitos a um primeiro-ministro, mas o encerramento foi muito mais do que uma injustiça, tratou-se de uma ilegalidade, até porque em Portugal registar-se-ia então «uma fenomenal liberdade de pensamento... somente ninguém se lembrava de pensar»[6].

Mas em todas as polémicas onde deliberadamente entrou ou se viu envolvido, por vezes contra sua vontade (bem mais das que aqui vão brevemente indicadas), Antero contou sempre com adversários que, bem ou mal, quase sempre mal, o contestaram publicamente e por escrito sem se esconderem sob qualquer anonimato. Nas palavras de Fidelino de Figueiredo, os textos das polémicas anterianas tinham o calor da convicção lutadora e assentavam sobre um fundo de ideias. «Antero era um polemista que tinha sempre razão, ainda que pudesse alguma vez exagerar a sua própria razão.»[7]

E razão teve ainda, sem exagero algum, quando, ao escrever sobre a *Teoria da História da Literatura Portuguesa*, de Teófilo Braga, num ensaio que intitulou *Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa*, (Porto, Livraria Internacional, 1872), por ele próprio qualificado como sendo o que de melhor fizera ou pelo menos de mais razoável em prosa (na carta autobiográfica a

Wilhem Storck, em 1887), foi miseravelmente insultado pelo seu antigo colega de Coimbra. A análise de Antero, serena, objectiva e muito bem argumentada, que aplaudia mas também desaprovava algumas passagens, divergindo assim do espírito de compadrio da época, provocou da parte do despeitado Teófilo a edição do folheto *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa* escrito bem ao estilo de José Agostinho de Macedo. «Duas Palavras a propósito do Folheto do Sr. Teófilo Braga mas não em resposta ao Sr. Teófilo Braga nem ao seu Folheto», foi a resposta de Antero, para Eduardo Lourenço «uma das mais desapiedadas [...] que o nosso génio polémico tem suscitado»[8].

Ao longo da vida, nunca o autor de *Portugal como Destino* foi, até hoje, alvo de críticas negativas através da imprensa, tirante uma, breve e mal embrulhada em salamaleques cínicos, adiante assinalada. Entretanto, a epistolografia cruzada e, quem sabe, algumas «escutas telefónicas» poderão, ou poderiam, desvendar reais desarmonias num florilégio de consagração na aparência cem por cento sincero.

Por um lado é de lamentar essa falta, pois se críticas explícitas e injustas houvessem sido publicadas, teriam recebido em troca, pela certa, «respostas desapiedadas», embora a sua razão não chegasse nunca ao exagero anteriano apontado por Fidelino, de apelidar de cano de esgoto moral ou laboriosa e suja personalidade, por exemplo, o seu adversário, que o era, no caso de Teófilo Braga.

Eduardo Lourenço entrou na cultura portuguesa não através de uma ruidosa polémica, como Antero de Quental, mas pela mão de um título polémico, *Heterodoxia I*, editado também em Coimbra e quando o seu autor andava igualmente na casa dos vinte anos, em 1949.

Sabemos que o livro «banhado com o fervor da adolescência e o sabor a bancos de escola», como se lê em «Escrita e Morte», prólogo da edição de 1987, passou praticamente desapercebido na cidade dos doutores, mas não, seguramente, a muitos deles que terão guardado um silêncio preocupado, sentindo bem o desafio estampado no título.

Apenas Vitorino Nemésio, já fora de Coimbra, no *Diário Popular* de 28 de Junho de 1950, se referiu à obra do «jovem Assistente do Curso de Filosofia», em termos que o honram, ao apontar a argúcia e a personalidade de Eduardo Lourenço e o «modo elegante e certeiro» como ele no prefácio «despede as suas setas de freicheiro», tudo escrito «com um nervo e uma elegância que farão inveja a muitos prosadores brevetados». E fez. Ou melhor, começou a fazer. Enfim, as habituais «misérias literárias» que são, segundo Antero, «as piores das misérias humanas»[9].

Heterodoxia I é, na realidade, o olho de água da obra do seu autor, quase uma súmula de toda a criação futura. A inteligência, a erudição, a ironia, até a coragem expressa na então perigosa intenção de escapar «à guerra psicológica

entre Catolicismo e Marxismo, com ambas as visões a pretenderem que fora deles não há salvação».

Nessa mesma perspectiva podemos situar o capítulo «Europa ou o Diálogo Que Nos Falta», um verdadeiro libelo contra a ditadura. Escrever em 1949: «A primeira e fundamental das exigências do espírito europeu é a liberdade», ou «Se quisermos ascender ao nível daquilo que a consciência histórica pede hoje a cada homem desperto, é na Europa que temos de permanecer. É do seu diálogo que temos de comunicar», revela não só coragem intelectual mas também cívica que as novas gerações dificilmente poderão entender. Quando em 1988 *Nós e a Europa ou as Duas Razões* foi distinguido com o Prémio Europeu de Ensaio Charles Veillon, provavelmente nunca antes um prémio europeu contemplou com tanta legitimidade um autor para quem a Europa tem sido, desde o início da sua carreira de ensaísta e ao longo de quarenta anos, tema de tantas das suas reflexões, sem esquecer o artigo de 1 de Setembro último, no *Público*, «Europa Paralisada e Mutilada», sobre o conflito no Cáucaso.

Heterodoxia I apareceu praticamente nas vésperas da partida do autor para França como bolseiro da Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus. Bolsa agraciada, como se pode ler na carta do Decano, Renouard, dirigida ao colega da Faculdade de Letras de Coimbra, em Maio de 1949: «J'ai été frappé lors de mon séjour à Coimbra de la vive intelligence et de la parfaite connaissance de la langue et de la pensée françaises de M. E. L. de Faria»[10].

E é em nome do reforço das relações culturais de amizade franco-portuguesas que é requerida a autorização para o Assistente de Filosofia passar o ano escolar de 1949-50 em Bordéus.

Escassos anos após a partida definitiva de Coimbra e de Portugal, ocorrida em 1953, a bibliografia de Eduardo Lourenço regista um decisivo e esclarecedor ensaio publicado n'*O Comércio do Porto*, de 29 de Janeiro de 1957: «Nota a Uma Apologia de Sampaio Bruno», inequívoco testemunho da sua posição face à chamada Filosofia Portuguesa e seus supostos fundamentos, sendo, na sua essência, uma clara discordância quanto ao modo como Álvaro Ribeiro pretendia promover Sampaio Bruno ao lugar «invejável» de fundador da dita Filosofia Portuguesa. «Que seja filosofia não discutimos. Que seja portuguesa também não, pois Sampaio Bruno é português. Mas que, em especial, só ela e as congéneres *sejam portuguesas* e, com mais precisão, que seja Sampaio Bruno o *fundador da filosofia portuguesa* é o que de todo em todo nos causa o mais sideral assombro» e, mais adiante, comentando uma passagem onde Álvaro Ribeiro declarava ter Sampaio Bruno, pensador de génio, elevado o pensamento às regiões supernas da Teologia inspiradora de uma original filosofia da história, patente em *A Ideia de Deus*, continua Eduardo Lourenço: «Não seremos nós quem negue ter Sampaio Bruno elevado o pensamento às regiões supernas, mas

a nebulosidade extrema dessa aventura por Álvaro Ribeiro apontada não só no citado prefácio [*Os Positivistas*] como na recente *Arte de Filosofar* [Portugália, 1955] não torna fácil aceitar sem discussão que seja filosofia *portuguesa* essa forma de pensar que ao certo não se sabe bem o que é.»

Estas palavras não podem ter surpreendido Álvaro Ribeiro. Elas reflectem uma interpretação continuada, pelo menos desde o longínquo ano de 1946 quando a *Vértice*[11] publicou o pequeno artigo «Inquérito sobre a Viabilidade de Uma Filosofia Portuguesa» a propósito do ensaio *O Problema da Filosofia Portuguesa*, do mesmo Álvaro Ribeiro. Numa juvenil irreverência, um pouco à maneira do Antero coimbrão, Eduardo Lourenço, do alto dos seus vinte e dois anos, é peremptório e pouco indulgente: «A concepção que Álvaro Ribeiro manifesta neste ensaio tomando a filosofia como qualquer coisa que se aprende ou transmite tal e qual como a técnica de fazer o melhor parafuso, é simplesmente absurda [...]. Discute-se qual o sistema filosófico, entre os que na Europa mais benéfica infuência exercem no pensamento contemporâneo, deva ser importado, adaptado e difundido no ambiente intelectual Português.» «Quem é que discute», pergunta. «Onde? Não se teria equivocado Álvaro Ribeiro ouvindo falar em importação de batatas da Dinamarca e automóveis de Detroit?» E criticando do ensaio essa «afirmação espantosa» «que à Faculdade de Filosofia e não a qualquer outro instituto cultural deveria ser confiada a missão altíssima da elaboração do sistema filosófico que, hodiernamente, corresponde às aptidões especulativas do povo português», termina: «Sim senhor! Tal como se se tratasse dum par de calças a enfiar nessa coisa tremenda que é o povo português cheio de aptidões especulativas. A isto conduz uma forma substancialista de pensar...»

Como não ficar *frappé*, como o Decano da Faculdade de Letras de Bordéus, pela viva inteligência e pelo perfeito conhecimento dos temas que se propunha analisar! Lembrando Gomes Leal no seu louvor a Antero, também Eduardo Lourenço era uma grande águia fulva mas, felizmente para ele, não ficou encarcerado numa capoeira[12] (na nossa capoeira lusitana que era então do que se tratava).

Não pode no entanto deixar de nos surpreender o espírito, digamos cristão, diria masoquista, de Álvaro Ribeiro, ao continuar a enviar os seus livros a alguém tão em desacordo com as doutrinas que pretendia ter desenvolvido: em 1951, *Os Positivistas*, na resposta agradecida classificado de «momentoso e não isento de perigos» e, principalmente, em 1953, com a oferta de *Apologia e Filosofia*. Numa longa carta de cinco páginas, datada de Coimbra, 28 de Junho[13], onde, após a caracterização do livro como importante dentro da nossa exígua ensaística filosófica, não deixa Eduardo Lourenço margem para dúvidas: «Certamente o Sr. Doutor não esperará de uma pessoa como eu o testemunho de um acordo que de resto não lhe é necessário. Todavia, embora

muita gente pense o contrário ou eu lhes tenha dado motivos para isso, o seu esforço de valorização das nossas expressões espirituais típicas e sobretudo a sua tentativa para criar concretamente essas expressões vivas do nosso espírito são-me altamente proveitosas. Somente, mais céptico por índole, custa-me a crer na realidade dessa valorização ao ponto de poder sem má consciência aceitar como perfeitamente assente qualquer coisa a que possa dar-se o nome de 'filosofia portuguesa'. Eu sei que é este um ponto de dissentimento grave mas a verdade é que por mais (e quanto mais) que analise as obras onde essa filosofia devia existir não descubro lá nenhuma unidade propriamente filosófica com características próprias nossas [...]. / Não poderia numa carta detalhar os pontos que me parecem mais dignos de interesse ou mais difíceis de aceitar. Estão em todas as páginas. O seu livro tem o grande mérito de não poder deixar o leitor indiferente. É um livro excitante [...]. / Creia-me seu leitor muito atento e reconhecido. / Com os melhores cumprimentos. / Eduardo Faria.»

Quinze anos tinham passado sobre os «efeitos perversos da forma substancialista de pensar» e a irreverência juvenil dera lugar a uma leve ironia mitigada mas não menos perceptível.

Que nunca ninguém militando nas fileiras da chamada filosofia portuguesa tenha acorrido a defender a sua dama de contestações impossíveis de ignorar, pelo menos as publicamente expressas, eis o que parece absolutamente extraordinário, mesmo tendo em conta o tom geralmente cortês de tais contestações, se as compararmos, por exemplo, com as de Vergílio Ferreira: «Os homens da 'filosofia portuguesa' são uma seita como há tempos a dos painéis de Nuno Gonçalves. Com a diferença que os painéis existem. A filosofia portuguesa é uma espécie de 'sopa de pedra'. Mas enternece como de meia dúzia de nomes menores se vai enchendo uma estante de glosas.»[14]

Que fazer? Optar pela aparente indiferença face aos argumentos de um autor incómodo, já então fora de portas e todavia bem presente, quanto mais não fosse através de suplementos literários[15], evitando assim polémicas desnecessárias e prejudiciais, parece ter sido a solução encontrada, no fundo a mais prudente. Depois, à medida que Eduardo Lourenço, sobretudo a partir das décadas de 80 e 90 do século XX, se foi tornando cada vez mais EDUARDO LOURENÇO, começou a desenhar-se uma tendência para lhe encontrar afinidades, mesmo remotas, apesar das categóricas discordâncias manifestadas e de todos conhecidas.

Trata-se de exercícios aparentemente compensadores, o escabulhar numa qualquer obra excertos que, citados fora do contexto, permitem atingir objectivos antecipadamente marcados. Quando se vê António Sardinha tentando encaixar Antero de Quental no Integralismo Lusitano compreende-se facilmente como tudo é possível. Outro dos ensaios de Eduardo Lourenço una-

nimemente classificado como polémico é «*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?». Publicado n'*O Comércio do Porto* de 14 e 28 de Junho de 1960 e, posteriormente, na *Revista do Livro*, do Rio de Janeiro, de Julho-Dezembro de 1961 (em ambos sem ponto de interrogação), ao incluí-lo em *Tempo e Poesia* (1974) Eduardo Lourenço «resolveu dar ao título um carácter interrogativo, em conformidade com o teor do texto». Na opinião do autor «nenhum suscitou mais diversos comentários do que este»[16]. Ao considerar o *Orpheu* como a revolução poética sem paralelo na história da literatura portuguesa, Eduardo Lourenço não retirou, pelo contrário, importância à *Presença*, conferindo-lhe aliás, a glória de ter compreendido primeiro que os outros a «singular aventura poética do *Orpheu*».

Porventura o termo «contra-revolução» terá ofendido alguns «presencistas» como João Gaspar Simões, que o interpretaram erradamente, pois só a estilos literários e não a posições ideológicas se reportava, não estando em causa qualquer confronto político entre o pseudo-«reacionário» José Régio e o pseudo-«revolucionário» Fernando Pessoa. «Quando é que, em Portugal, as pessoas se resolverão a ler o que está, *realmente*, nos textos?», perguntava o autor do «famigerado ensaio» que Adolfo Casais Monteiro, outro presencista, já então exilado no Brasil, classificou de magnífico em «Páginas de Um Diário por Escrever»[17].

São numerosíssimas as referências a este ensaio. Jorge de Sena, por exemplo, chamou-lhe «famoso e controverso»[18]. Contudo, verdadeiras análises desapaixonadas e construtivas ainda até hoje se não verificaram. Talvez neste Colóquio elas venham a aparecer.

E enquanto decorriam alguns ataques velados, o principal editor da *Presença* não se esquecia de ir enviando os seus livros a Eduardo Lourenço. Ofertas iniciadas em 1946 e continuadas até 1969. Livros actualmente na Biblioteca Municipal da Guarda que leva o seu nome[19].

Outra obra a ter em conta neste contexto específico leva por título *Pessoa Revisitado*, classificada pelo autor, a muito apropriado título, como polémica. Aliás, e sempre dentro desse espírito, um dos primeiros textos lourencianos sobre o poeta da «Tabacaria», se não mesmo o primeiro, data dos inícios da década de 50 do século passado: «Crítica sem Classe contra Fernando Pessoa» (*Primeiro de Janeiro*, 26 de Novembro de 1952) em resposta ao artigo neo-realista de Mário Dionísio «Fernando Pessoa, Poeta de Classe». *Pessoa Revisitado* assim como *Fernando, Rei da Nossa Baviera* irão permanecer como dos livros mais inovadores e fundamentais desde sempre publicados sobre o poeta.

Nesta viagem pelos textos polémicos, e são tantos, como polémicos são também alguns títulos como esse *O Fascismo Nunca Existiu*, ou *O Complexo de Marx*, passando por *As Saias de Elvira*, não podia faltar «Ideologia e

Dogmatismo», incluído em *Heterodoxia II* (1967), com um subtítulo portentoso: «À margem de quatro livros e uma só canção» onde, num *aggiornamento* apetecível, bem se poderia ler «quatro livros e uma só cassete».

Sobre estes quatro livros cujos títulos não julgo necessário mencionar, escrevia Eduardo Lourenço: «A todos une uma explícita ou implícita, não só perfeita boa-consciência ideológica como um tom de epopeia racionalista que só a convicção da imensa felicidade sociológica da sua aceitação pode explicar.»

Era verdadeiramente a coragem em estado puro a todos os níveis esta denúncia de uma ditadura exercida no interior da grande ditadura. Uma autêntica tirania ideológica — o denominado neo-realismo — que policiava livros, jornais e revistas literárias onde eram arrasados ou glorificados autores de acordo com o seu comportamento face à religião marxista, suporte e sustento desse mesmo neo-realismo.

Como foi então possível que essa autêntica ditadura tivesse sido acatada por aqueles que, em Portugal, mais empenhados deveriam estar na sua denúncia? Ou a efémera glória literária de uma semana valia bem a famigerada missa? «O país admirado», ou seja a URSS, lembra o autor, «estava muito longe para que lhe sentissem os defeitos e o diabo muito próximo para que se não justificasse essa adoração longínqua que permitia combatê-lo». Mas era mesmo preciso combatê-lo, e isso ele fez, sem caução de ninguém, palavras suas, ao avançar «contra uma forma de terrorismo intelectual a que era necessário pôr cobro». E verbal também, com o emprego obsessivo de expressões como «dialéctica», «razão», «irracionalismo burguês», «pequena burguesia», «em suma», como refere Lourenço, «o consabido arsenal do perfeito progressista». Arsenal que, uma década depois irrompeu, momentaneamente triunfante, fazendo ressoar até à exaustão, e quase palavra por palavra, toda a ladainha denunciada em «Ideologia e Dogmatismo».

Contudo os devotos do neo-realismo não condenaram à fogueira, pelo menos explicitamente, um tal herege. Se não fosse heresia poder-se-ia supor que Antero talvez tenha tido aqui um papel dissuasor.

Senão vejamos: a partir de 1942, o ano centenário, alguns analistas político-literários iniciaram contra ele um combate violento. Um deles acusava-o de falta de pureza ideológica[20]. Para outro, o socialismo de Antero procedia de uma preocupação moral. De uma generosidade fidalga, de um tradicional cristianismo e não de um exame reflectido dos fenómenos sociais. Além disso não lera *O Capital*. «Não é este homem que se pode apresentar aos portugueses como um exemplo socialista, sequer como um exemplo intelectual.»[21]

E porquê este temor de ele poder ser eventualmente considerado como exemplo socialista? (Leia-se uma outra designação omissa por falta de coragem.) Simplesmente porque para Antero «o movimento operário era estreito

e sem capacidade de converter ninguém». E, principalmente, não queria ser tomado «nem por jacobino nem por comunista»[22]. Estas declarações pagam-se sempre.

Porém, no caso de «Ideologia e Dogmatismo» houve mais lucidez. A lição fora estudada e ataques como os desferidos contra Antero não seriam repetidos, sobretudo quando os visados tivessem a mesma projecção. Por isso, os quatro escritores terão ficado sem defesa até para evitar esmagadores contra-argumentos.

Idêntica lucidez não teve Rui Knopfli quando lançou um ataque desproporcionado e pretensioso ao artigo que Eduardo Lourenço publicara no *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias* de 23 de Março de 1987, «*Othelo* ou a Diferença como Tragédia». Nessas linhas, ao enfatizar o subtítulo «O Mouro de Veneza», chamava a atenção para o que será a primeira tragédia do tema racista da cultura europeia, muito mais do que o consagrado arquétipo do ciúme e do ciumento, embora grande número de críticos literários ingleses não tivessem percebido do que também estava em causa, precisamente a cor da pele.

Vá lá saber-se porquê, talvez insatisfeito por ter deixado escapar uma excelente oportunidade de ser o primeiro em Portugal a dissertar sobre tão aliciante tema e porventura sentindo-se com mais direitos do que «um desprezível continental», Knopfli resolve ultrapassar o tempo perdido escrevendo no *JL* de 8 de Junho de 1987 «*Othelo*, ou a Descoberta do Descoberto».

Começando por manifestar a enorme admiração que lhe merecia o «magistério exemplar» do autor do artigo que iria criticar, lastimava que ele estivesse tão culturalmente dependente «da França e arredores próximos». «E [...] persiste e teima V. em prosseguir por universos alienados e distantes que só podem impeli-lo para áreas cada vez mais afastadas da transparência shakespeariana, como sejam todos os narizes de cera enquistados em Montesquieu ou Las Casas, Montaigne ou Sartre (por muito respeitáveis que sejam)», tudo para o informar, com profusão de argumentos, ser a sua «descoberta» já conhecida, sabendo muito bem que no artigo jamais ela fora reivindicada como tal, tratando-se apenas de glosar o tema controverso.

A «Resposta a um *Honorable Man*»[23] é, juntamente com a de Antero a Teófilo, «uma das mais desapiedadas que o nosso género polémico tem suscitado»: «Com amiga mão, no sentido shakespeariano do termo, imitando o gesto de Iago em volta do cego e cândido Othelo, o poeta Rui Knopfli achou necessário consagrar um pedagógico comentário ao despretensioso artigo meu aqui publicado [*JL*, 8-VI-1987] sob o título 'Othelo ou a Diferença como Tragédia'. São sempre bem-vindas estas ilustrações póstumas para uso dos bárbaros que nunca passearam por Londres ou Oxford e só se alimentam dos subprodutos de subculturas europeias, dos Las Casas, dos Montaigne, dos

Montesquieu e dos Hugo que o excelente poeta de *Escriba Acocorado* trata brilhantemente de cima como se fossem seus criados de quarto.» Shakespeare não ensinara Knopfli a raciocinar (isso não se aprende), escreve sibilinamente Eduardo Lourenço, «mas ensinou-lhe a perfídia que põe na boca de outrem. Essa história de chamar 'mestre' e não sei que mais a alguém que lecciona com irónica displicência, tornando-se a baixo preço 'mestre' do 'pseudomestre' vem toda em Shakespeare [...]. Não sou mestre de nada, nem de ninguém, não solicito nem aceito declarações de amor que disfarçam mal ressentimentos ou carências próprias ou alheias de que não tenho culpa».

E explicando minuciosamente as leituras que fizera, deixando por comentar «as divagações e incoerências» do texto de Knopfli, que nada tinham a ver com Othelo, termina com uma citação de Schiller: «Contra a estupidez até os próprios deuses são impotentes.» «Como Rui Knopfli, grande poeta do nosso ex-império, das suas nostalgias e contradições, é tudo menos estúpido, a frase de Schiller não é com ele. Como não eram com o meu pobre texto as 'britânicas' considerações com que achou por bem ilustrar-me e devolver-me, como Brabâncio a Othelo, à minha nativa barbárie de europeu de segunda classe. Aqui lhe deixo o meu obrigado».

Eduardo Lourenço tem inimigos. E merece tê-los. O horror seria se os não tivesse. Declarados um ou dois e as vozes deles... não chegam aos céus. Em filigrana, são mais do que se imagina e, entre eles, todos os que suportam mal que ele seja o nosso mais importante ensaísta, e bem mais do que isso, das últimas décadas do século XX e das primeiras do século XXI.

NOTAS

1 António Feliciano de Castilho, «Carta ao editor António Maria Pereira», *in* Manuel Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1865.

2 *Castilho e Camilo — Correspondência Trocada entre os Dois Escritores*, pref. e notas de João Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

3 Júlio de Castilho, *O Senhor António Feliciano de Castilho e o Sr. Antero de Quental*, Lisboa, Imp. de J. C. de Sousa Neves, Novembro, 1865.

4 Manuel Bandeira, «Antero de Quental», prefácio a *Sonetos Completos e Poemas Escolhidos de Antero de Quental*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1942; incluídos em *Poesia e Prosa*, Rio de Janeiro, José Aguilar, 1958.

5 Carta de Joaquim de Araújo a Rodrigo Veloso, na edição de *Resposta aos Jornais Católicos*, Barcelos, Tip. Aurora do Cavado, 1895.

6 *Carta ao Exmo Sr. António José d'Ávila, Marquês de Ávila, Presidente do Conselho de Ministros*, Lisboa, Tip. do Futuro, 1871.

7 Fidelino de Figueiredo, «A Prosa de Um Grande Poeta», in *Antero*, São Paulo, Dep. Municipal de Cultura, 1942, p. 126.

[8] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2004, p. 137.

[9] Carta a Alberto Sampaio, 22-IV-1875 (Antero de Quental, *Cartas*, vol. I, leitura, org., pref. e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 417.)

[10] Maria Manuela Cruzeiro e Maria Manuel Baptista, *Tempos de Eduardo Lourenço. Fotobiografia*, Porto, Campo das Letras, 2003, p. 88.

[11] *Vértice*, Coimbra, n.º 30-35, Maio 1946.

[12] Cf. Gomes Leal, «Psicologia de Um Deslocado», *Nova Alvorada*, Famalicão, n.º 7, Nov. 1891.

[13] Álvaro Ribeiro, N9/128, Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea, Biblioteca Nacional de Portugal.

[14] Vergílio Ferreira, *Conta-Corrente 2*, Lisboa, Bertrand, 1981, p. 92.

[15] Leia-se, por exemplo em «A *Chaga do Lado* da Cultura Portuguesa», *O Comércio do Porto*, 8 Maio1962: «José Régio não crê — parece-nos — que a Literatura Portuguesa seja superior a todas as outras, coisa que pensa e escreve, com sublime desprezo do senso comum, a falange desses filósofos a propósito da sua própria filosofia.»

[16] «Nota» [a «*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português»], *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 225.

[17] Publicado em Eduardo Lourenço, *Tempo e Poesia*, ed. cit., p. 227.

[18] Jorge de Sena, *Régio, Casais, a Presença e outros afins*, Porto, Brasília Ed., 1977, p. 251.

[19] Transcreve-se a dedicatória de *Biografia*, 5.ª ed., Jul. 1969, provavelmente o último dos livros a ser autografado por Régio (*Poemas do Deus e do Diabo* sairá nesse mesmo ano, em Dezembro, o mês da morte do poeta): «A Eduardo Lourenço este livro irregular que porventura guarda os germes de todos os outros..., com a grande estima do José Régio / Vila do Conde 1969».

[20] Alexandre Cabral, «As Contradições de Antero», *A Capital*, Lisboa, 28 Ago. 1968.

[21] Fernando Piteira Santos, «Antero de Quental e o Socialismo», *Seara Nova*, Lisboa, 11 Maio 1946. Em 1991, num colóquio organizado pela Faculdade de Letras de Coimbra, comemorativo do primeiro centenário da morte de Antero, Piteira Santos penitenciou-se, num muito sentido *mea culpa* ao condenar o seu anterior julgamento. Cf. Fernando Piteira Santos, «Antero de Quental: as Suas Ideias Políticas, a Acção Revolucionária, a Intervenção Cívica», *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 123/124, Jan. 1992, p. 63-82.

[22] Cf. cartas a Oliveira Martins, em Fevereiro e Setembro de 1873 (Antero de Quental, *Cartas*, vol. I, ed. cit., pp. 282 e 325, respectivamente).

[23] Posteriormente inserido em *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 183-8.